

“CHEGOU O CHEFE!”:

Análise de uma peça teatral da Escola de Aprendizes de Marinheiros da Paraíba como prática educativa disciplinadora

Li Neves da Silva¹

Azemar dos Santos Soares Júnior²

RESUMO:

Este trabalho visa como objetivo analisar a peça teatral “Chegou o chefe!”, escrita pelo sr. Francisco Barroso, para ser lida e encenada na Escola de Aprendizes de Marinheiro da Paraíba, enquanto uma prática educativa disciplinar aos petizes. As Escolas de Aprendizes de Marinheiro foram instituições de ensino criadas pela Marinha do Brasil em meados do século XIX com o interesse de arregimentar crianças e jovens e incutir práticas de adestramento, aproveitando-os em todas as suas capacidades. Os materiais didáticos utilizados no processo de ensino e de aprendizagem dos recrutas eram confeccionados por docentes e/ou pessoas vinculadas à Marinha, portanto, sendo objetivo deste material orientar o corpo e a mente para a obediência e para a ordem. Além dos livros didáticos, outros materiais foram confeccionados, a exemplo da peça teatral, objeto de interesse de análise deste trabalho. Para tanto, dialogamos com as categorias de “práticas educativas”, sob a perspectiva de Franco (2012) e de Silva (2017), além do entendimento da “disciplina” a partir de Foucault (1987), no intuito de entender as formas de poder e controle exercidas sobre os aprendizes marinheiros. Metodologicamente, utilizamos a “análise documental” na perspectiva de entender como a peça teatral, funcionou como parte de uma prática educativa de controle, que desde seu primeiro enunciado, o título, afirmou “Chegou o chefe!”, portanto, um dispositivo capaz de chamar a atenção e fazer os alunos a conter os seus gestos. Concluímos que a peça teatral em tela, funcionou como parte integrante de uma forma de ensino responsável por adestrar os corpos e as mentes dos jovens que ingressaram na escola de formação naval, e, que mesmo sendo parte de uma atividade cultural, possuía interesses endereçados aos petizes.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Aprendizes de Marinheiro da Paraíba, prática educativa, peça teatral, disciplina.

¹ Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Vinculada ao grupo de pesquisa Observatório das Heterotopias, coordenado pelo professor Dr. Azemar Soares dos Santos Júnior. Endereço para Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9137512221099009>. Pesquisa subsidiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq. E-mail para contato: li.neves.068@ufrn.edu.br.

² Pós doutor pela Universidade Federal de Campina Grande, professor vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líder do grupo de pesquisa Observatório das Heterotopias. Endereço para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5548182860228173>. E-mail para contato: azemar.soares@ufrn.br.

Introdução

Em meados do século XIX, anos após a conquista da independência e separação do território português, diversas revoltas contra o império foram iniciadas e finalizadas em solo brasileiro, muitas delas agitadas pelas massas mais pobres da população. A Coroa Portuguesa, pensando em conter os levantes que estavam acontecendo e, também, orquestrar uma limpeza social nas ruas, lotadas de jovens desvalidos e abandonados, fez-se criar a primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 148 de 27 de agosto de 1840³.

Pensando sob o prisma da supressão de revoltas populares, quinze anos após o decreto da Companhia do Rio de Janeiro, foram instauradas unidades na Bahia e no Pará, ambas no ano de 1855⁴. Estas províncias eram consideradas propícias às revoltas visto a quantidade de indígenas na região Norte e escravizados na região Nordeste, a exemplo da Revolta dos Malês em 1835 e a Revolta da Cabanagem no mesmo ano, dando assim, sentido em abrir estas duas dependências. A instituição que problematizamos nesta pesquisa, nasceu como Companhia de Aprendizes Marinheiros da Paraíba por meio do Decreto n. 4.680, publicado no mês de janeiro de 1871. Vejamos o documento:

[...] hei por bem, Usando da autorização dada pelo art. 3º da Lei nº 1805 de 12 de Agosto do anno proximo findo, Criar uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Província da Parahyba , conforme o Regulamento, que baixou com o Decreto nº 1517 de 4 de Janeiro de 1855, para outra igual Companhia na Província do Pará⁵.

³ SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. O corpo de imperiais marinheiros e a Companhia de Aprendizes Marinheiros: caminhos para consolidação e formação administrativa do Império na construção do Estado Nacional, uma proposta analítica.

⁴ SILVA, Rozenilda Maria de Castro. A Prática Educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros no Piauí (1874 a 1915).

⁵ BRASIL. Collecção de Leis do Império do Brasil de 1871.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Mas foi por outro, o Decreto n. 9.371 de 14 de fevereiro de 1885⁶, que sua razão mudou, passando a chamar-se Escola de Aprendizes Marinheiros, forma como será nominada daqui em diante. Neste mesmo documento, encontram-se informações que considero importantes para com o ensino e a admissão dos jovens aprendizes. Neles está, por exemplo, a mudança da faixa etária que os petizes deveriam estar para ingressar na escola, antes dos dez (10) aos dezessete (17) anos e passando para entre treze (13) e dezesseis (16) anos de idade. Também mencionado no artigo 12: “[...] as Escolas admittirão aprendizes das seguintes procedências: 1.º Contratados a prêmio, nas condições do §5º do artigo antecedente; 2.º Orphãos desvalidos ou ingênuos remetidos pelas autoridades competentes”⁷.

Ponderando por Stamatto⁸, a categoria de “desvalido” era caracterizada pela criança que possuía família, porém a mesma não tinha recursos suficientes para prover sustento ao menor. Os órfãos já possuíam a definição atual: não haviam pais ou parentes que pudessem lhe amparar, com a condição de que eram guardados pelo Juiz de Órfãos. Estes eram os jovens recrutados voluntária ou compulsivamente, os esquecidos pela sociedade cujos corpos e mentes eram vulneráveis à moldagem serviçal do Império, onde após o ingresso ficavam impedidos de sair até que terminassem o curso de três (3) anos ou prejudicados por “[...] incapacidade physica ou mental” como previsto no art. 14 do já citado decreto⁹.

Para com o ensino, o regulamento de 1885 designa os petizes ao dever de aprender a ler, escrever, fazer contas, obter noções marítimas e geográficas brasileiras e o ensino militar básico, como manuseio de armas. Estas eram as competências atribuídas a um bom marinheiro que eram ensinadas pelo corpo docente, formados pelo comandante, capelão, professor, mestre e oficial. Para atender a demanda por estes atributos, foi criado o Livro do Aprendiz Marinheiro,

⁶ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brazil de 1885.

⁷ BRASIL. op. cit..

⁸ FERREIRA, Chrislaine Thuany Vieira. A educação sanitária na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba (1906-1912).

⁹ BRASIL. op. cit.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

material didático produzido com o intuito de englobar os ensinos ditos “elementares” e “profissionais”¹⁰. Composto por dois volumes, cada um tratando respectivamente dos ensinos supracitados, o livro foi parte importante das práticas educativas da instituição, e, assim como ele, outros livros se fizeram presentes nestas, tal qual o *Livro de Ordem do Dia*, o *Livro de Castigo para Aprendizês*, o *Livro de Exame de Marinheiros*, dentre outros¹¹.

Metodologia

Sendo a Escola um espaço de educação militar-naval formal para jovens rapazes, nos propomos a analisar a peça teatral “Chegou o chefe!”, escrita por Francisco Barroso para a Escola de Aprendizês Marinheiros da Paraíba. A análise partirá da ideia de tratá-la enquanto uma prática educativa do corpo formador da instituição. A peça teatral foi encontrada dentro das pastas de documentação avulsa do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba. O manuscrito não possui maiores informações acerca de quando foi escrito, quais foram os atores que a representaram ou sequer se foi representada. Há, contudo, um indicativo presente na capa do Caderno n. 2, local onde foi inscrita a peça. Diz-se, no alto esquerdo, “República dos Estados Unidos do Brasil”, nome dado ao país após o golpe republicano de 1889, que foi utilizado até 1969.

Utilizaremos os conceitos de prática educativa, sustentado por Maria Amélia Franco, e visando pensá-lo sob o recorte desta instituição, dialogamos com Rozenilda Silva. Adiantamos o pensamento de Silva, que trabalha a prática educativa como “toda a ação do corpo formador de marinheiro para a regulação do autocontrole dos menores pela modelação da cultura escolar institucional”. Partindo dessa perspectiva, tomaremos, também, as ações coercitivas e punitivas como

¹⁰ SILVA, Rozenilda Maria de Castro. op. cit.

¹¹ FRANCISCO, Laelson Vicente. “Um viveiro de competências e abnegações”: a formação do marinheiro na escola de aprendizes norte-rio-grandense (1933-1941).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

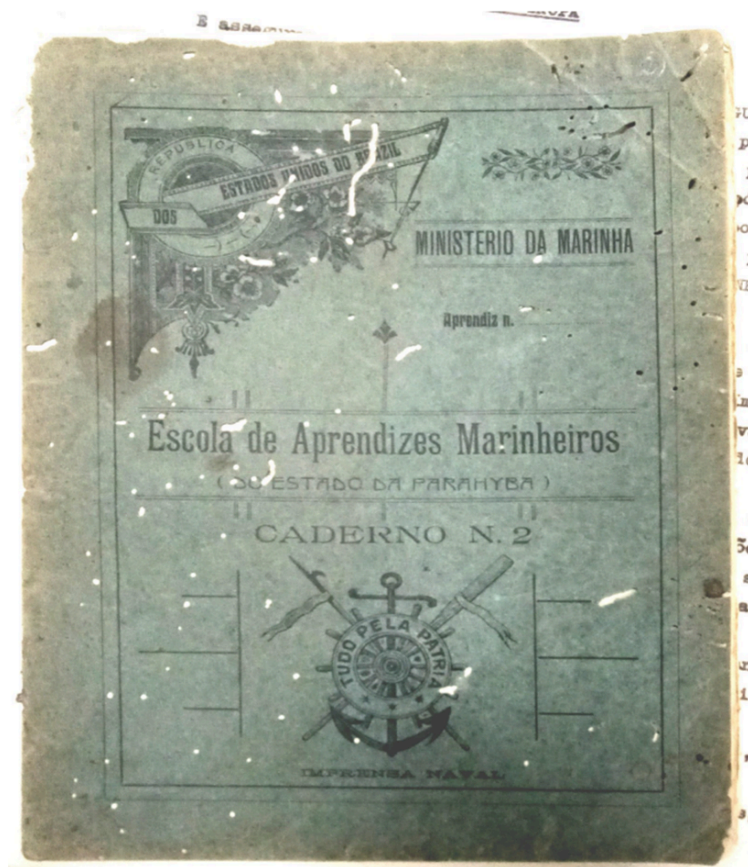
fazendo parte das práticas educativas do corpo formador. Ao pensar na formação dos petizes, dialogamos com o conceito de disciplina de Michel Foucault¹².

Resultados e discussões

Nosso objeto de análise, o Caderno n. 2 da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado da Paraíba como já dito anteriormente, fora encontrado numa caixa de documentos avulsos do IHGP. Por conta disso, nossas informações acerca do mesmo são muito limitadas, logo, trabalharemos com hipóteses a serem levantadas. Tais hipóteses serão pensadas a partir da narrativa da peça, que se passa em meados da primeira república, informação obtida a partir da capa do Caderno, onde se diz “República dos Estados Unidos do Brazil”. Dos acontecimentos da peça, analisaremos, em especial, os momentos em que Severino, um menino “desvalido”, entra em cena.

¹² FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir.

Figura 1 - Capa do Caderno N.2 da Escola de Aprendizes Marinheiros.



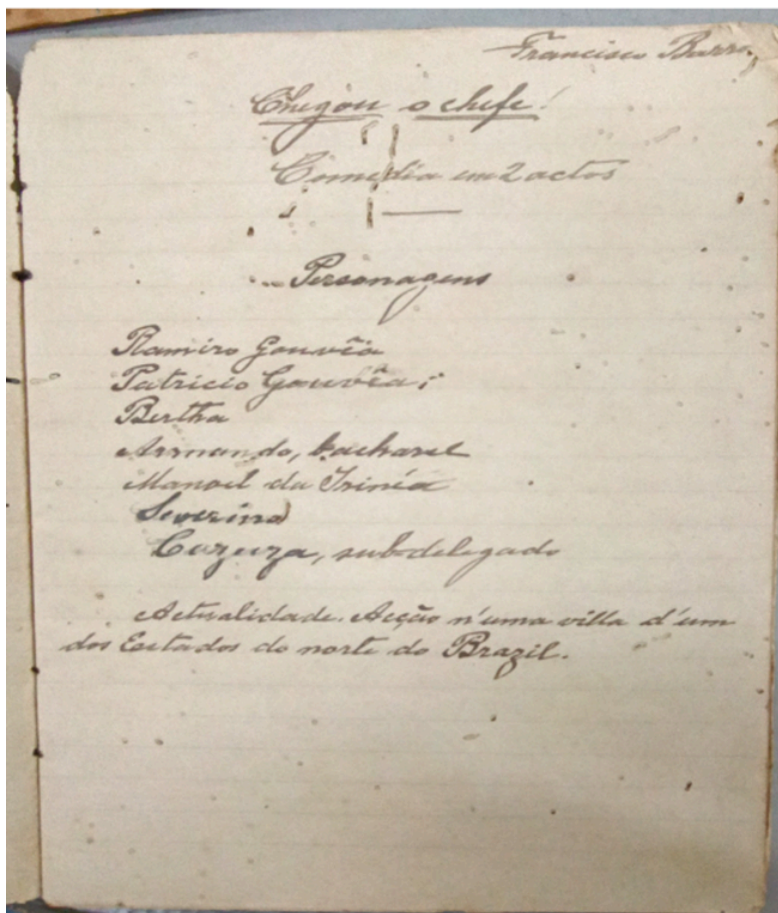
Fonte: caixa avulsa do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba

A peça inicia-se com os personagens Bertha e Ramiro, irmãos, que estão se preparando para o discurso que Ramiro irá fazer na, tão aguardada, chegada do chefe-coronel Justino Gavião. Logo em seguida, entra em cena o Armando, amante de Bertha. É ele e Patrício, tio dos irmãos, quem farão a defesa de Severino, o menino que aparece de supetão enquanto é perseguido por Irinéa, o bêbado, e Cazuya, o subdelegado. Estes são os personagens da história, introduzidos na terceira página do documento.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Figura 2 - Página que informa autor, título da peça, duração, personagens, temporalidade e localidade.



Fonte: caixa avulsa do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba

A peça teatral foi escrita por Francisco Barrôso e retrata um cenário de aparente comício eleitoral na qual todos os personagens supracitados estão aguardando o coronel Justino Gavião parar num dos “Estados do Norte do Brazil”. A comédia é dividida em dois atos, o primeiro deles foca principalmente nos acontecimentos com o menino Severino. Já o segundo, trata mais de Ramiro e Patrício conversando sobre a intenção do sobrinho em ingressar no partido político e seguir a carreira. Trataremos mais do primeiro, onde está nosso interesse e levantaremos conjecturas para entender a disciplina enquanto prática educativa.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A prática educativa é descrita por Franco¹³ como os atos de um agente educador para que seja efetivado um processo educacional, seja ele positivo ou negativo, como punições e castigos. Na escola, os petizes eram ensinados a não cometer faltas, seguir regras e obedecer a ordens por meios dessas punições¹⁴. Estes castigos eram aplicados pelo corpo formador da unidade e eram variados, poderiam ser prisões simples, que consistia num tempo de reclusão menor, ou rigorosas, que equivalia ao mesmo, porém podendo chegar a dias de prisão. Poderiam também ser aplicadas faxinas, impedimentos de sair da escola em dias de folga ou repreensão, por vezes, punições físicas também eram aplicadas.

Para Michel Foucault¹⁵, o poder disciplinar para corpos e mentes está inserido nas forças armadas, assim como nas escolas. Para o autor, exercer o poder disciplinar é o adestramento de corpos, tornando-os dóceis para cumprir ordens baseadas em hierarquia. Ao tornar um corpo e mente dócil, conservar-se uma forma de poder, é interessante para este que tais corpos sejam eficientes, portanto, uma de suas características é, também, a moldagem desses corpos ao fim que se espera. A exemplo da Companhia de Aprendizes que nasce com o objetivo de fazer o recrutamento de jovens para defesa nacional do país, e que, para que exerçam bem suas funções, devem ter um corpo-modelo, forte, robusto e rápido¹⁶.

Esse adestramento funcionava por meios complexos do poder em questão, e um desses meios era a punição, por esta razão, na unidade do Rio Grande do Norte o Livro de Castigos para Aprendizes, criado em 1940, que registrava todas as infrações cometidas pelos menores e suas devidas penalidades. Poderiam ser também punidas as saídas às escondidas do espaço escolar nos horários das atividades internas¹⁷. Dessa forma, há de se fazer um paralelo com a história de

¹³ FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. *Pedagogia e prática docente*.

¹⁴ FRANCISCO, Laelson Vicente. *op. cit.*

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*

¹⁶ SONNTAG, Shairany Arias Palombo. “ser bom e disciplinado é um dever do homem de terra ou de mar”: Uma análise dos livros didáticos das escolas de aprendizes marinheiros (1885-1906).

¹⁷ FRANCISCO, Laelson Vicente. *op. cit.*

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Severino, cuja caminhada inocente pelas ruas de sua cidade resultou num conflito que lhe custou caro.

Identificamos aqui duas possíveis mensagens para os petizes: fugas indevidas podiam resultar mal para os aprendizes, pois caso confundidos com meninos pobres de rua, como Severino, estavam passíveis de voltarem a sofrer violências, caso fossem desvalidos ou órfãos, logo, a Escola era um ambiente que assegurava-lhes a proteção. Outra é a ascensão social possibilitada pelo ingresso e finalização do curso de Aprendizes Marinheiros, que ao seu término, encaminhava seus jovens às diversas Bases Navais do país para que ocupassem os postos de marinheiros formados.

Para os rapazes e suas famílias, em sua maioria de condição social e econômica baixíssimas, a Escola representava uma mudança de vida imediata e a longo prazo, visto que ao ingressarem, os gastos com a mera sobrevivência que um filho poderia trazer *-diz-se alimentação, preocupação com moradia e roupas para vestir-* eram tirados dos ombros desses indivíduos e transferidos ao Estado. Com essa possibilidade, a dominação social desses jovens por meio do poder disciplinar era viabilizada, visto que se entregavam às forças armadas não por amor à sua pátria, mas por necessidade de sobrevivência e aí sim, o patriotismo seria imbuído nesses sujeitos ao longo de seus anos de formação.

Conclusão

Rozenilda Silva, em sua tese de doutoramento intitulada *A Prática Educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí*¹⁸, define a prática educativa no contexto das Escolas de Aprendizes Marinheiro como “[...] toda a ação do corpo formador de marinheiro para a regulação do autocontrole dos meninos pela modelação da cultura escola institucional”.

¹⁸ SILVA, Rozenilda Maria de Castro. op. cit.

Refletindo por seu conceito, admitimos a peça teatral aqui trabalhada como prática educativa utilizada para o adestramento de corpos militares da Marinha do Brasil, sobretudo na filial paraibana. Esta afirmação baseia-se nas análises aqui apresentadas e hipóteses levantadas, pois como informado, muitas informações acerca dessa peça são nebulosas e desconhecidas. Ano de produção, ano de apresentação *-e se foi apresentada de fato-*, quem a apresentou e para quem apresentou. Sendo esta a primeira das pesquisas que envolvem e olham para este documento teatral, é necessária uma desenvoltura mais aprofundada nos registros militares para a obtenção das referidas informações, tão cruciais para uma análise mais contundente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Collecção de Leis do Império do Brasil de 1871**: parte II. 1871. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/04191f34-56a9-4f9d-93ba-2327a0e7df4f>.

BRASIL. **Colleção de Leis do Império do Brazil de 1885**: parte I. 1885. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/f38a7d31-e17f-4df5-b8c9-df2230728b23>.

FERREIRA, Chrislaine Thuany Vieira. **A educação sanitária na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba (1906-1912)**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciada em Pedagogia) - UFRN, [S. l.], 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FRANCISCO, Laelson Vicente. **“um passo para o homem, um salto para a Marinha”: a companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte (1872-1890)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFRN, [S. l.], 2018.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

FRANCISCO, Laelson Vicente. **“Um viveiro de competências e abnegações”: a formação do marinheiro na escola de aprendizes norte-rio-grandense (1933-1941)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) - UFRN, [S. l.], 2022.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. **A Prática Educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros no Piauí (1874 a 1915)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - UFPI.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. **O corpo de imperiais marinheiros e a Companhia de Aprendizes Marinheiros: caminhos para consolidação e formação administrativa do Império na construção do Estado Nacional, uma proposta analítica**. 2013. p. 10-12.

SONNTAG, Shairany Arias Palombo. **“ser bom e disciplinado é um dever do homem de terra ou de mar”: Uma análise dos livros didáticos das escolas de aprendizes marinheiros (1885-1906)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRN.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade